

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

HONORÁRIOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE

Relação entre os honorários de auditoria independente e governança corporativa

MAIRKON STRANGUETI NOGUEIRA

SÃO PAULO - SP

2021

MAIRKON STRANGUETI NOGUEIRA

HONORÁRIOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE

Relação entre os honorários de auditoria independente e governança corporativa

Trabalho aplicado apresentado à Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Gestão para Competitividade.

Linha de Pesquisa: Finanças e Controladoria

Orientadora: Profa. Dra. Edilene Santana Santos

SÃO PAULO

2021

Nogueira, Mairkon Strangueti.

Honorários de auditoria independente : relação entre os honorários de auditoria independente e governança corporativa / Mairkon Strangueti Nogueira. - 2021.

42 f.

Orientador: Edilene Santana Santos.

Dissertação (mestrado profissional MPGC) – Fundação Getulio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

1. Auditoria. 2. Governança corporativa. 3. Honorários profissionais. 4. Administração financeira. I. Santos, Edilene Santana. II. Dissertação (mestrado profissional MPGC) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo. III. Fundação Getulio Vargas. IV. Título.

CDU 657.6

MAIRKON STRANGUETI NOGUEIRA

HONORÁRIOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE

Relação entre os honorários de auditoria independente e governança corporativa

Trabalho aplicado apresentado à Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Gestão para Competitividade.

Linha de Pesquisa: Finanças e Controladoria

Data de Aprovação: 9 de junho de 2021

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Edilene Santana Santos
(Orientadora) FGV - EAESP

Prof. Dr. Guilherme O. Braunbeck
FEA-USP

Prof. Dr. Ricardo Lopes Cardoso
FGV-EAESP

*Dedico este trabalho a minha
querida mãe (in memoriam), pai, esposa e
filhos, minhas fontes de inspiração,
motivação e força para nossa grande
jornada.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha família pela paciência, compreensão e todo o apoio que foi me dado durante as longas horas de estudo e dedicação ao mestrado.

Aos meus amigos e sócios que sempre me engajaram e acreditaram em meu potencial.

Aos Professores e colegas do Programa de Mestrado Profissional em gestão para a Competitividade – Finanças e Controladoria, pelo companheirismo e dedicação.

Por último, mas longe de ser menos importante, um agradecimento especial para a Professora Dra. Edilene Santana Santos, pela disponibilidade, dedicação, ponderações essenciais e grande apoio no processo. Um modelo de acadêmico e liderança que sempre me inspirará.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo verificar se empresas com maior grau de governança corporativa medido por (i) menor quantidade de deficiências significativas reportadas no formulário de referência e (ii) listadas no segmento novo mercado - incorrem em menores custos com sua auditoria independente. Os dados foram obtidos mediante uma pesquisa documental nos formulários de referência e dados contábeis das empresas não financeiras pertencentes ao índice IBOVESPA nos anos de 2015 a 2019, totalizando 58 empresas e 223 observações, em média, por variável. A análise da regressão múltipla com dados em painel indicou evidências estatísticas relevantes de relação entre os honorários de auditoria independente e governança corporativa nas empresas analisadas e que, adicionalmente, o tamanho da empresa e ser auditada por Big 4 estão positiva e significativamente associadas aos honorários de auditoria. Esses resultados sugerem a prevalência no mercado do efeito risco, dada a relação positiva entre quantidade de deficiências significativas e custos de auditoria. Os resultados também sugerem, embora com menor relevância, a existência do efeito demanda, dada a relação positiva entre listagem no novo mercado e custos de auditoria, explicada pela maior complexidade e escopo dos trabalhos. Esses resultados devem ser tomados com cautela, pois a falta de padronização dos formulários de referência quanto à disponibilidade e formato de divulgação dos honorários de auditoria e de deficiências significativas e o fato de que tais informações não possuem nenhum tipo de assecuração independente podem ter influenciado os resultados deste estudo.

Palavras-chaves: Auditoria independente. Deficiência significativa. Governança Corporativa. Honorários de auditoria independente. Novo Mercado.

ABSTRACT

This study aims to verify whether companies with a higher degree of corporate governance measured by (i) less number of significant deficiencies reported in the reference form and (ii) listed in the Novo Mercado segment - incur lower costs with their independent audit. Data were obtained through a documentary research on reference forms and accounting data of non-financial companies within the IBOVESPA index in the years 2015 to 2019, totaling 58 companies and 223 observations, on average, per variable. Multiple regression analysis with panel data indicated relevant statistical evidence of the relationship between independent audit fees and corporate governance in the companies analyzed and that, additionally, the size of the company and being audited by the Big 4 are positively and significantly associated with the audit fees. These results suggest the prevalence of the risk effect in the market, given the positive relationship between the number of significant deficiencies and audit costs. The results also suggest, although with less relevance, the existence of the demand effect, given the positive relationship between listing on the new market and audit costs, explained by the greater complexity and scope of the works. These results should be taken with caution, as the lack of standardization of reference forms regarding the availability and format of disclosure of audit fees and significant deficiencies and the fact that such information does not have any type of independent assurance may have influenced the results of this study.

Keywords: Independent Audit. Significant Deficiencies. Corporate Governance.
Independent Auditor Fees. Novo Mercado

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO.....	12
II. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	15
2.1 Evolução Histórica e Relevância da Auditoria Independente.....	15
2.2 Governança Corporativa e Controles Internos.....	17
2.3 Divulgação de deficiência significativa em controles internos.....	18
2.4 Determinantes dos honorários de auditoria independente	21
III. METODOLOGIA	24
3.1 Amostra e Dados	24
3.2 Descrição do Modelo	25
IV. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	29
V. CONCLUSÃO.....	35
VI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	36
VII. ANEXO I – INDICE IBOVESPA.....	42

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

TABELA 1. DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
TABELA 2. ESTATÍSTICA DESCRITIVA.....	29
TABELA 3. MATRIZ DE CORRELAÇÃO.....	30
TABELA 4. EQUAÇÃO PRINCIPAL – EFEITOS FIXOS	31
TABELA 5. TESTE DE ROBUSTEZ	33

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Big N ou BIG 4 – Composto atualmente pelas empresas – DTT, EY, KPMG e PwC

CFC - Conselho Federal de Contabilidade

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

CEO - Chief Executive Officer

FRC - Financial Reporting Council

IASB - International Accounting Standards Board

IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa

IBOVESPA – Índice Bovespa

IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil

IFRS - International Financial Reporting Standards

ISA - International Standards on Auditing

NBC - Normas Brasileiras de Contabilidade

NBC PA - Normas Profissionais de Auditoria e Asseguração

NBC PA - Normas Técnicas de Auditoria e Asseguração

PAA – Principais Assuntos de auditoria

PCAOB - Public Company Accounting Oversight Board

RI - Relação com Investidores

R2 – Coeficiente de determinação

SOX - *Sarbanes-Oxley*

I. INTRODUÇÃO

Historicamente, grandes escândalos de fraudes corporativas, como os casos da Enron e WorldCom nos Estados Unidos, ou os casos mais recentes da Petrobrás e Odebrecht no Brasil, tendem a levar ao endurecimento de regulações de práticas de auditoria e controles internos, aumentando os custos de auditoria. São exemplos a Lei Sarbanes-Oxley (SOX) de 2002 nos Estados Unidos e, mais recentemente, a introdução da obrigatoriedade de divulgação dos Principais Assuntos de Auditoria (PAAs) pelas normas internacionais de auditoria em 2016. Além disso, empresas de auditoria sofrem pressão do mercado para melhorar suas práticas e manter sua independência, como é o caso da decisão do Conselho de Contabilidade Financeira (*Financial Reporting Council* – FRC), principal órgão regulador contábil do Reino Unido, que passou a exigir que as empresas de auditoria independentes separem, a partir de 2024, suas operações de auditoria e de consultoria, como forma de estabelecer maior segurança e confiabilidade aos processos contábeis (Kinder, 2020).

Esses grandes escândalos também têm estimulado empresas a buscarem se diferenciar das demais pela adoção de boas práticas de governança corporativa, envolvendo desde o relacionamento entre sócios, passando pelo funcionamento do conselho de administração e de órgãos de fiscalização, até boas práticas de controle interno e auditoria para mitigar riscos de fraudes na realização dos negócios e na divulgação das informações financeiras.

Se, por um lado, esses movimentos por maior segurança e transparência implicam maiores custos com controles internos e auditoria, o aumento da competitividade do mercado financeiro e a necessidade de eficiência, muitas vezes entendidos como redução de custos pelas empresas, também se aplicam aos procedimentos de auditoria.

Nesse contexto, este estudo visa verificar se empresas brasileiras não financeiras listadas no Ibovespa que adotam boas práticas de governança corporativa e controle interno – ou seja, as listadas no novo mercado e com menor quantidade de deficiências significativas divulgadas em seus Formulários de Referência – incorrem em menores custos com sua auditoria independente.

Por um lado, é fato que a auditoria independente, obrigatoriamente, deve cumprir a estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), editada pelo Conselho

Federal de Contabilidade (CFC), e alinhada com as normas internacionais que regulamentam os Profissionais de Auditoria e Asseguração (PA) e as Técnicas de Auditoria e Asseguração (TA), além dos objetivos gerais do auditor independente e de como se deve conduzir a auditoria em conformidade com as normas aplicáveis. Ou seja, a estrutura conceitual e os requerimentos do trabalho de auditoria são padronizados, deixando pouco espaço para aplicação de metodologias diferentes entre as empresas de auditoria, o que levaria a custos de auditoria semelhantes entre as empresas.

Por outro lado, os controles internos são a primeira linha de defesa de grandes empresas contra fraudes e, além de importantes ferramentas para a integridade da sua gestão e das informações contábeis, são base para os auditores externos avaliarem a extensão de seus trabalhos e determinarem seus honorários (Barcelos & Colauto, 2018), o que levaria a custos menores de auditoria para empresas com melhores controles internos.

De fato, Bortolon, Sarlo e Santos (2013) destacam que vários trabalhos empíricos buscam explicar os custos de auditoria através de mecanismos de governança sem, entretanto, chegar a uma conclusão única. Isso porque os custos de auditoria podem ser afetados por duas forças com efeitos contrários: (i) o efeito demanda, que conduz a uma relação positiva entre governança e custos de auditoria, explicado pela maior complexidade e escopo dos trabalhos; (ii) o efeito do risco, que indica uma relação negativa, uma vez que empresas com melhor governança têm melhores mecanismos de monitoramento, o que pode reduzir o custo dos serviços da auditoria independente (ver também Griffin & Lont, 2007).

No ambiente norte-americano, Hoitash, Hoitash e Bedard (2008) e Mitra (2009) concluíram que os honorários de auditoria são positivamente relacionados à gravidade das deficiências de controle interno divulgadas sob o âmbito da SOX, e Giordani *et al.* (2020) encontram uma relação positiva entre o risco de litígio e os honorários de auditoria, sugerindo que, diante de um alto risco de litígio, os auditores tendem a despender um maior esforço e, por isso, cobrar honorários maiores. Também Hogan e Wilkins (2008) apontam que, no ano posterior à identificação da deficiência nos controles, os honorários de auditoria aumentaram relevantemente.

No entanto, esses autores mencionam diversos estudos antes da Lei Sarbanes-Oxley, ambiente talvez mais similar ao brasileiro, em que não encontraram evidências de que o esforço de auditoria possuía alta influência dos controles internos das empresas.

Diferentemente do ambiente americano, em que existem diversos estudos que consideram eventual relação entre honorários de auditoria e deficiências de controles internos, apenas o estudo de Teixeira e Cunha (2015) foi encontrado no Brasil sobre o tema. Esse estudo considerou os dados de 2011 a 2013 das empresas de capital aberto e encontrou que a moderação das deficiências dos controles internos provoca um discreto aumento na capacidade preditiva sobre os honorários da auditoria.

Assim, este trabalho pretende contribuir para a literatura brasileira sobre os determinantes dos honorários de auditoria ao analisar relação entre governança corporativa e os honorários de auditoria em empresas não financeiras de maior liquidez no mercado de capitais, e abrangendo um período mais recente, em que o requerimento de divulgação das deficiências significativas, estipulado pela Instrução nº 480/2009, deve estar mais consolidado.

Este estudo está estruturado em quatro seções, incluindo esta Introdução. A segunda seção apresenta a revisão da literatura, com a descrição da história da auditoria independente, de normas e regulamentos de auditoria, de órgãos reguladores e de seus requerimentos, incluindo o formulário de referência e, de conceitos sobre governança corporativa e deficiência significativa. A terceira seção é dedicada ao método de pesquisa, incluindo a definição dos critérios utilizados para a amostra, dados relevantes e modelo econométrico utilizado. Na quarta seção os resultados são apresentados e analisados e, na quinta seção é apresentada a conclusão do estudo, seguida da listagem das referências bibliográficas e anexos.

II. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Evolução Histórica e Relevância da Auditoria Independente

Em 1845, William Welch Deloitte foi a primeira pessoa a ser nomeada um auditor independente de uma empresa pública em Londres. Em 1896, Charles Waldo Haskins e Elias Watt Sells formaram a Haskins & Sells em Nova York, esta que foi considerada a primeira grande empresa de auditoria (Rede Jornal Contábil, 2017). Porém, há registros muito mais antigos sobre a função exercida pelo auditor independente, usualmente relacionada a critérios de contabilidade existentes há muitos anos.

Os primeiros vestígios de atividade contábil situam-se por volta de 8.000 anos antes de Cristo na antiga Mesopotâmia, então um centro da civilização sumeriana, atual Iraque (El Hajj, 2016). Já os primeiros vestígios relacionados à auditoria situam-se por volta de 4.500 anos antes de Cristo, também na antiga Suméria, tendo outros relatos posteriores em Roma, Londres, Paris, Veneza, Milão e Bolonha. Em Roma, por exemplo, a auditoria teria surgido para tornar-se um instrumento de controle do antigo império (Sá, 1999).

Segundo o Instituto Brasileiro de Auditores Independentes - IBRACON (2006), o Império Persa, em virtude de uma reforma político-administrativa, criou a função “olhos e ouvidos do rei”, que eram funcionários encarregados de vigiar a ação dos governadores das províncias, para garantir o cumprimento das ordens imperiais e fiscalizar a cobrança de impostos e o uso do tesouro real. Muitos anos mais tarde, durante o Império Romano, os imperadores também nomeavam altos funcionários com a incumbência de supervisionar as operações financeiras de seus administradores provinciais e lhes prestar contas, verbalmente. A própria origem da palavra auditoria dá pistas de sua função original: *audire* que, em latim, significa ouvir. Há notícias da utilização do termo “auditor” já nos fins do século XIII, na Inglaterra, pelo rei Eduardo I, que concedeu aos barões o direito de nomear representantes oficiais. A aprovação do auditor era atestada em documentos que constituíram os primeiros relatórios de auditoria, que evoluíram até os formatos e necessidades atuais.

Nos Estados Unidos da América, com o crescente avanço de grandes corporações, necessidade de ampliação do mercado de capitais e crise mundial de 1929, as empresas passaram a buscar melhorias nos procedimentos e a obrigatoriedade de auditoria

independente para empresas abertas ocorreu por decisão do Congresso em 1933 (Cáceres, 2019).

No Brasil, duas leis foram editadas em 1976: a Lei nº 6.404 (1976a), conhecida como Lei das S.A., que definia a regulamentação das sociedades por ações, incluindo as normas contábeis a serem seguidas e que as demonstrações financeiras das companhias de capital aberto fossem auditadas; e a Lei nº 6.385 (1976b), que criou a CVM, autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda e órgão regulador do mercado de valores mobiliários, que tem entre suas atribuições a fiscalização de auditoria das companhias de capital aberto, aquelas sociedades com ações negociadas em bolsa de valores.

Para Lins (2017), a auditoria remete à conferência, análise e avaliação com um determinado objetivo e, segundo Braunbeck (2010), a utilidade de uma auditoria reside no contexto de assimetria de informação e conflito de interesses na economia e seus contratos, atuando também no contexto da Teoria da Agência, que aponta problemas resultantes do fato de o investidor ou acionista não estarem diretamente ligados à administração da empresa (Jensen & Meckling, 1976).

Com a expansão dos negócios no cenário mundial, no dizer de Lélis e Mário (2009), as empresas passaram a necessitar de uma estrutura interna mais robusta, que representasse uma efetiva segurança nos processos, alinhando suas práticas às normas internacionais. A auditoria tem papel importante neste processo, sendo capaz de encontrar e de corrigir inconsistências na elaboração dessas informações antes de serem disponibilizadas. Assim, a auditoria tem capacidade de reforçar a confiabilidade das demonstrações financeiras e do controle interno das empresas, fornecendo mais segurança aos usuários, ao mesmo tempo em que potencializa sua função social de redutora de riscos, conforme explicam Santos e Grateron (2003).

Desde o início de sua existência, a contabilidade seguiu os passos evolutivos da sociedade, o que reflete progresso, conforme Schmidt e Gass (2018), e a auditoria referendou tal evolução e necessidade.

2.2 Governança Corporativa e Controles Internos

As práticas institucionais de cada organização ganham cada vez mais atenção de investidores e *stakeholders* de forma geral, como por exemplo, programas de gestão de qualidade, que ganham projeção em função de sua emergência, como possível solução para recorrentes escândalos e crises corporativas (Rossoni & Machado-da-Silva, 2010).

Tais práticas incluem a governança corporativa de cada empresa, definida conforme abaixo pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC é:

Governança corporativa é o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas. As boas práticas de governança corporativa convertem princípios básicos em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor econômico de longo prazo da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para a qualidade da gestão da organização, sua longevidade e o bem comum. (IBGC, 2021, website)

Segundo Shleifer & Vishny (1997), governança corporativa é uma forma de garantir aos investidores o retorno de seu investimento, garantido a melhor forma de aplicar os recursos e respondendo diretamente à já mencionada Teoria da Agência, que aponta problemas resultantes do fato de o investidor ou acionista, que são os donos da empresa, não estarem diretamente ligados à administração, que é quem controla a empresa (Jensen & Meckling, 1976). Controles internos são frequentemente associados a processos de *compliance* em organizações de médio e grande porte. São elementos dos processos de gestão e parte das atividades operacionais das empresas. Para Macedo (2018), esses processos muitas vezes são vistos como uma burocracia que demanda investimentos, servindo apenas para manter a empresa operando de acordo com a legislação e proporcionar a salvaguarda de ativos. Dessa forma, os controles internos não costumam ser contemplados no contexto do planejamento estratégico, que, via de regra, almeja ganhos de competitividade e de produtividade. Em conexão com essa visão, a gestão dos controles internos fica, então, delegada às áreas de controladoria, auditoria interna e auditores externos, quando aplicável.

Vidal e Silva (2016) destacam que o nível de adequação do sistema de controle interno em uma organização afeta diretamente o risco no qual a auditoria independente se baseia para testar a integridade das demonstrações contábeis. Os autores ressaltam que

no Brasil não havia obrigatoriedade de divulgação dos riscos a que as empresas estão expostas até o advento da Instrução nº 480/2009 – e as atualizações proporcionadas pela Instrução nº 552/2014 da CVM (2014) –, a partir da qual as empresas são obrigadas a informar, no Formulário de Referência, as políticas de gerenciamento de riscos e controles internos utilizados.

Entende-se por política de gerenciamento de riscos o conjunto de regras e objetivos que formam um programa de ação, incluindo a estrutura dos controles internos estabelecidos pelos administradores das empresas para mitigar ou controlar riscos.

Vale destacar que, além de processos robustos, sistema integrado confiável, segregações de funções, dentre outros, boas práticas de gestão reforçam a estrutura de governança corporativa. Exemplos dessas boas práticas incluem os requerimentos das empresas listadas no novo mercado da B3, nível mais exigente em relação à transparência e direitos de acionistas, assim como nível de fiscalização sobre as operações da empresa, que exige, por exemplo, membros independentes no Conselho / Comitês. (B3, 2021)

O serviço de auditoria independente também exerce papel importante na estrutura de governança corporativa e política de gerenciamento de riscos das empresas, incluindo seu formato de contratação, e comunicação com os órgãos e responsáveis pela governança.

2.3 Divulgação de deficiência significativa em controles internos

A referida Instrução nº 480/2009 da CVM (2009b) determinou a obrigatoriedade da publicação anual do Formulário de Referência pelas empresas de capital aberto, documento em que tais empresas divulgam, entre outras informações, o valor anual da auditoria independente e o grau de eficiência ou deficiência dos controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras.

Importante destacar que o CEO (*Chief Executive Officer*) e o diretor de RI (Relação com Investidores) das empresas de capital aberto deverão declarar, anualmente e individualmente, a veracidade e a precisão do conjunto de informações financeiras e não financeiras apresentadas em seu Formulário de Referência; porém, a revisão ou a auditoria do Formulário não faz parte do escopo do auditor independente.

Em relação aos controles adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, a CVM requer que as empresas divulguem em seu Formulário de Referência:

- a. Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las;
- b. Estruturas organizacionais envolvidas;
- c. Se há supervisão por parte da administração da eficiência dos controles internos, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento;
- d. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado (relatório sobre os controles internos), preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente;
- e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.

Por determinação da CVM, as deficiências significativas devem ser divulgadas no Formulário de Referência. A Resolução nº 1.210, de 2009 (2009), do CFC (NBC TA 265, item 6, Comunicação de Deficiências de Controle Interno) define as deficiências significativas como:

(i) o controle é planejado, implementado ou operado de tal forma que não se consegue prevenir ou detectar e corrigir tempestivamente, distorções nas demonstrações contábeis; (ii) ou falta um controle necessário para prevenir, detectar e corrigir tempestivamente, distorções nas demonstrações contábeis. Deficiência significativa de controle interno [...] [é aquela que], no julgamento do auditor, é de importância suficiente para merecer a atenção dos responsáveis pela governança.

Vale também trazer a referência do ambiente norte-americano: o conceito de deficiência em controles do Conselho de Auditores de Companhias Abertas (*Public Company Accounting Oversight Board – PCAOB*), é de que há deficiência quando o desenho ou operacionalização de um controle sobre informações financeiras não permite que a administração ou seus colaboradores, no curso normal do desempenho de suas funções atribuídas, evitem ou detectem distorções em tempo hábil. (PCAOB - *Auditing Standard No. 5 Appendix A Definitions*)

Ainda de acordo com o PCAOB, e detalhado por Santos, Lima e Santos (2009), há uma escala de gravidade em deficiências encontradas durante o processo de auditoria, aqui listadas em ordem crescente de importância: (i) deficiência de controle, que ocorre quando o modelo não permite detectar erros em momento oportuno; (ii) deficiências significativas, que é caracterizada por falhas no controle que afetam de maneira negativa a capacidade da empresa reportar dados financeiros confiáveis; e (iii) fraqueza material, que é uma deficiência (ou uma combinação de deficiências) no controle interno dos relatórios financeiros, que leva a uma possibilidade razoável de que uma distorção relevante nas demonstrações financeiras anuais ou intermediárias da empresa não seja evitada ou detectada em tempo hábil.

No Brasil, seguindo as normas internacionais de auditoria e requerimentos da CVM, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das informações financeiras, com o objetivo de planejar os procedimentos de auditoria, incluindo os testes documentais que sejam apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia de controles internos. No entanto, o auditor emite a Carta de Controles Internos ou Relatório Circunstanciado, que endereça deficiências de controles internos identificados e deve incluir classificações dentre elas, apontando as deficiências significativas. Não é requerido que o auditor execute procedimentos especificamente direcionados para identificar outros assuntos para comunicar aos responsáveis pela governança, mas, se existirem temas que possam ser significativos e referentes a estruturas ou processos de governança, e decisões ou ações significativas da alta administração, os mesmos podem ser comunicados.

Alguns estudos acadêmicos analisaram a questão da divulgação de deficiências de controle interno. Por exemplo, Ashbaugh-Skaife, Collins e Kinney (2007) identificaram que empresas que divulgam deficiências de controles internos tendem a ter operações mais complexas, mudanças organizacionais recentes, maior risco contábil e ter menos recursos disponíveis para controle interno. Já Hammersley, Myers e Shakespeare (2007) encontraram que a divulgação de deficiências de controles internos por parte das empresas gera efeitos negativos na percepção dos investidores, afetando negativamente o valor das ações e os retornos obtidos. Os retornos ajustados quando são divulgadas deficiências de controles internos são significativamente negativos, indicando que preocupações por parte dos investidores reduzem o valor da empresa. Além disso, a magnitude da reação do mercado está relacionada à severidade da deficiência de controle

reportada, e os retornos são mais negativos para as deficiências ou fraquezas materiais (Macedo, 2018).

2.4 Determinantes dos honorários de auditoria independente

A resolução nº 976/03 do CFC, que aprova a NBC P1 – IT3 – Regulamentação do item 1.4 – Honorários – Normas Profissionais do Auditor Independente, define que os honorários profissionais de auditoria independente, além de atender a aspectos necessariamente comerciais, precisam considerar questões de ética profissional, relevância, complexidade, risco envolvido, competências necessárias de profissionais, dentre outros.

Importante também ressaltar o contexto de imagem do auditor independente e eventuais conflitos de interesse. Por exemplo, em 2010, em um leilão eletrônico para disputar os trabalhos de auditoria para uma grande instituição financeira do Brasil, uma empresa de auditoria independente se destacou, negativamente, quando arrematou a conta com um lance de aproximadamente R\$ 100 mil, enquanto os lances iniciais foram entre R\$ 6 e 20 milhões (Costa, 2010). Outro evento ainda mais relevante ocorreu em meados de 2001, quando a Enron Corporation, companhia de energia norte-americana, alvo de diversas denúncias de fraudes contábeis e fiscais, protagonizou a maior concordata da história corporativa nos Estados Unidos da América e arrastou consigo a empresa de auditoria Arthur Andersen (Valente, Klann, & Santos, 2016), na época uma das maiores empresas de auditoria do mundo. Portanto, conflitos de interesse devem ser monitorados e devidamente endereçados pelas empresas.

O risco de litígio também é uma preocupação constante para os auditores na determinação dos seus honorários, como apontam Giordani, Souza Neto e Cunha (2020), por ser responsabilidade destes, com base nas evidências e julgamentos, emitir uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Nesse processo, inevitavelmente os auditores incorrem em diferentes tipos de riscos, como os de reputação e de litígio. O risco de litígio expõe os auditores a sanções financeiras, enquanto o risco de reputação prejudica a capacidade de retenção e atração de novos clientes.

Evidentemente, cada firma de auditoria possui sua metodologia pela qual, somada ao julgamento profissional do sócio líder do projeto, se estabelecem os honorários de

auditoria, considerando o risco do trabalho, usualmente segregado entre: (i) o risco inerente ao negócio do cliente e (ii) o risco de falta de controles.

Vários estudos analisam variáveis que impactam os honorários de auditoria independente.

Bortolon, Sarlo e Santos (2013) destacam que vários trabalhos empíricos buscam explicar os custos de auditoria através de mecanismos de governança sem, entretanto, chegar a uma conclusão única. Essa relação pode ser afetada por duas forças com efeitos contrários: (i) o efeito demanda, que conduz a uma relação positiva entre governança e custos de auditoria, explicado pela maior complexidade e escopo dos trabalhos; (ii) o efeito do risco, que indica uma relação negativa, uma vez que empresas com melhor governança têm melhores mecanismos de monitoramento, o que pode reduzir o custo dos serviços da auditoria independente (ver também Griffin & Lont, 2007). O estudo indica que no mercado brasileiro há uma relação negativa entre governança e práticas de auditoria, sugerindo a predominância do efeito risco, ou seja, melhores práticas de auditoria reduzem riscos de auditoria, permitindo a cobrança de honorários menores.

Castro, Peleias e Silva (2015) apontam relação positiva entre honorários auditoria e as variáveis porte, complexidade do cliente e auditores *Big N*. O risco percebido pelo auditor demonstrou afetar os valores dos honorários de forma diferente nos clientes de maior e menor porte. Nos de menor porte, os resultados sugerem que o auditor cobra menores honorários de clientes mais alavancados e com maior risco, contrariando a hipótese de que o auditor cobraria maiores honorários como prêmio pelo risco assumido. Já nos de maior porte, os resultados demonstram que clientes com maior risco, medido pela liquidez e alavancagem, ou com maiores práticas de governança, tendem a gastar mais com auditoria.

Já Barcelos e Colauto (2018) concluem que, no mercado brasileiro, as empresas com melhor divulgação de controles internos são as que pagam mais honorários de auditoria.

Aproveitando a introdução da obrigatoriedade de divulgação dos Principais Assuntos de Auditoria (PAAs) no relatório do auditor no Brasil, a partir do exercício de 2016, como alinhamento das normas brasileiras de auditoria às normas internacionais, Silva, Alves, Mol e Melo (2020) analisaram o efeito nos honorários de auditoria da introdução dos PAAs no Brasil. Seus resultados indicaram que o aumento da regulação com a obrigatoriedade de divulgação dos PAAs gerou um aumento nos custos de auditoria.

No ambiente norte-americano, Hoitash, Hoitash e Bedard (2008) e Mitra (2009) concluem que os honorários de auditoria são positivamente relacionados à gravidade das deficiências de controle interno divulgadas sob o âmbito da SOX, e Keane, Elder e Albring (2012) concluem que empresas que reportam constantemente a mesma deficiência remuneram mais seu auditor do que empresas que divulgam diferentes deficiências, portanto, com melhores processos de remediação de suas deficiências. De modo semelhante, Giordani *et al.* (2020) encontram uma relação positiva entre o risco de litígio e os honorários de auditoria entre empresas listadas nos Estados Unidos, sugerindo que, diante de um alto risco de litígio, os auditores tendem a despende um maior esforço e, por isso, cobrar honorários maiores.

Hogan e Wilkins (2008) apontam que, no ano posterior à identificação da deficiência nos controles, os honorários de auditoria aumentaram relevantemente. No entanto, é importante também destacar que os autores mencionam diversos estudos antes da Lei Sarbanes-Oxley, ambiente talvez mais similar ao brasileiro, em que não encontraram evidências de que o esforço de auditoria possuía alta influência dos controles internos das empresas.

No Brasil, os resultados do estudo de Teixeira e Cunha (2015) indicaram que a moderação das deficiências dos controles internos provoca um discreto aumento na capacidade preditiva sobre os honorários da auditoria. Diferentemente do ambiente americano em que existem diversos estudos que consideram eventual relação entre honorários de auditoria e deficiências de controles internos, apenas o estudo de Teixeira e Cunha (2015) foi encontrado para o Brasil, o qual considerou dados de 2011 a 2013 de todas as empresas de capital aberto.

Portanto, não foi encontrado estudo no Brasil que, para fins de avaliar uma eventual relação entre os honorários de auditoria independente e governança corporativa, (i) tomando como *proxies* a divulgação de deficiências significativas de controle e a listagem da empresa no segmento novo mercado, (ii) para uma amostra de empresas com alta liquidez no mercado de capitais brasileiro e (iii) com dados recentes e consolidação do requerimento estipulado pela Instrução nº 480/2009 de divulgação das deficiências significativas, o que deixa este estudo ainda mais relevante.

III. METODOLOGIA

3.1 Amostra e Dados

Este estudo é uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa, com base em dados secundários e modelo econométrico. Seu objetivo é verificar se as empresas que apresentam maior grau de governança corporativa, medido por menor quantidade de deficiências significativas reportadas no Formulário de Referência e pela listagem no segmento novo mercado, incorrem em menores custos com sua auditoria independente.

A amostra é composta pelas empresas não financeiras com maior volume de negociação de ações no mercado brasileiro, ou seja, com maior liquidez e exposição das informações contábeis divulgadas ao mercado, representando, portanto, também uma maior exposição para o auditor.

São analisados os relatórios e demais informações dos anos de 2016 a 2019 com o intuito de comparar dados de empresas que atuam em segmentos e ambientes econômicos ou regulatórios similares. O início do período em 2016 é particularmente relevante por se tratar do primeiro ano de divulgação obrigatória dos PAAs no Brasil, uma das variáveis de controle utilizadas no modelo estatístico neste estudo, descrito a seguir no item 3.2. Para as variáveis deficiências significativas e receitas, os dados de 2015 também foram compilados.

O critério adotado para seleção da amostra foi analisar todas as empresas não financeiras que compuseram o índice Ibovespa em 3 de novembro de 2020, que é o principal indicador de desempenho de ações negociadas no mercado brasileiro, reunindo as empresas que correspondem a cerca de 80% do volume financeiro do mercado de capitais brasileiro. As empresas que compõem o índice Ibovespa em 3 de novembro de 2020 e classificação entre financeiras e não financeiras estão apresentadas no Anexo I.

Para identificar as deficiências significativas e os honorários de auditoria, foi realizada uma leitura dos formulários de referência divulgados no período analisado.

Os dados para as demais variáveis da regressão foram obtidos da base Economática, das demonstrações financeiras das empresas e dos seus respectivos relatórios de auditoria. Toda informação foi obtida diretamente da base Economática, da plataforma da CVM ou dos sites das empresas, usualmente em relações com investidores.

3.2 Descrição do Modelo

O modelo utilizado é a regressão linear múltipla com dados dispostos em painel, realizado no software estatístico STATA®.

As variáveis que impactam os honorários de auditoria foram selecionadas de estudos anteriores, conforme descrito na Tabela 1, base para as equações a seguir. Para se definir as determinantes, estudos também foram considerados e o autor classificou, pelo objetivo da pesquisa, deficiências significativas e novo mercado como governança corporativa.

Tabela 1. Descrição das Variáveis

Variável	Mensuração	Observações	Determinante	Estudos Anteriores
Variável Dependente				
Honorários de auditoria (Hon Audit)	Logaritmo dos honorários de auditoria obtidos pelos Formulários de Referências em milhares de Reais.	Variável dependente. As seguintes são consideradas variáveis independentes e de controle		Hoitash <i>et al.</i> (2008); Hogan e Wilkins (2008); Mitra (2009); Keane <i>et al.</i> (2012); Lopes e Iudicibus (2012); Castro <i>et al.</i> , (2015); Teixeira e Cunha (2015); Silva <i>et al.</i> (2020)
Variável Independente				
Deficiências Significativas (Def Sign)	Raiz quadrada da quantidade de deficiências significativas reportadas no Formulário de Referência anualmente. Esta variável foi considerada de duas formas alternativas: (1) tomando a variável no mesmo ano dos Honorários e (2) tomando a variável defasada (t-1).	Captura apenas deficiências significativas e não sugestões de melhorias nos processos internos.	Governança Corporativa	Hoitash <i>et al.</i> (2008); Hogan e Wilkins (2008); Mitra (2009); Keane <i>et al.</i> (2012); Teixeira e Cunha (2015)
Novo Mercado (NM)	Dummy 1 = se a empresa pertence ao segmento novo mercado, ou 0, caso contrário	conforme registro cadastral junto a Bolsa do Brasil B3.	Governança Corporativa	Castro <i>et al.</i> (2015); Teixeira e Cunha (2015)
Variáveis de Controle				

Ativo	Logaritmo do ativo das empresas selecionadas, em milhares de Reais, obtido via Economatica ou pelas demonstrações financeiras.	Quando aplicável, utilizou-se o consolidado e não os dados da controladora.	Tamanho	Hoitash <i>et al.</i> (2008); Hogan e Wilkins (2008); Mitra (2009); Keane <i>et al.</i> (2012); Lopes e Iudicibus (2012); Castro <i>et al.</i> , (2015); Teixeira e Cunha (2015); Silva <i>et al.</i> (2020)
BIG4	Dummy 1 = se a empresa for auditada por Big 4, ou 0, caso contrário.	Entende-se por Big 4 a DTT, EY, KPMG ou PwC. A informação foi obtida pelo relatório do auditor.	BIG4	Hoitash <i>et al.</i> (2008); Hogan e Wilkins (2008); Mitra (2009); Keane <i>et al.</i> (2012); Lopes e Iudicibus (2012); Castro <i>et al.</i> , (2015); Teixeira e Cunha (2015); Silva <i>et al.</i> (2020)
Segmentos (Seg)	Raiz quadrada da quantidade de segmentos reportados na Demonstração Financeira de cada empresa selecionada.		Complexidade dos negócios	Hoitash <i>et al.</i> (2008); Hogan e Wilkins (2008); Mitra (2009); Keane <i>et al.</i> (2012)
Dívida	Relação Dívidas Externas / Ativo Total	Percentual de dívidas externas (empréstimos/financiamentos com instituições financeiras e / ou mercado de capitais) sobre o total dos ativos. Quando aplicável, utilizou-se o consolidado e não os dados da controladora.	Situação Financeira	Hogan e Wilkins (2008); Mitra (2009); Keane <i>et al.</i> (2012); Teixeira e Cunha (2015); Silva <i>et al.</i> (2020)
ROA	Lucro Líquido / Ativo Total	Retorno sobre os ativos que considera o resultado líquido dividido sobre o total de ativos. Quando aplicável, utilizou-se o consolidado e não os dados da controladora.	Situação Financeira	Hoitash <i>et al.</i> (2008); Hogan e Wilkins (2008); Mitra (2009); Keane <i>et al.</i> (2012); Teixeira e Cunha (2015); Silva <i>et al.</i> (2020)
Crescimento da Receita (% Rec)	Receita Líquida t / Receita Líquida (t-1)	Percentual de crescimento do total de receitas em comparação a receita do ano anterior. Quando aplicável, utilizou-se o consolidado e não os dados da controladora.	Tamanho	Hoitash <i>et al.</i> (2008); Hogan e Wilkins (2008); Keane <i>et al.</i> (2012); Teixeira e Cunha (2015); Silva <i>et al.</i> (2020)
Exportações (Exp)	Dummy 1 = se a empresa teve exportações, ou 0, caso contrário	Dummy igual a 1 se a empresa teve exportações ou 0. Consideradas as divulgações em	Complexidade dos negócios	Hoitash <i>et al.</i> (2008); Hogan e Wilkins (2008); Mitra (2009)

		demonstrações financeiras sobre as operações de cada empresa.		
Prejuízos (Preju)	Dummy 1 = se a empresa teve prejuízo reportado em sua demonstração financeira, ou 0, caso contrário		Situação Financeira	Hoitash <i>et al.</i> (2008); Hogan e Wilkins (2008); Keane <i>et al.</i> (2012); Castro <i>et al.</i> (2015); Teixeira e Cunha (2015); Silva <i>et al.</i> (2020)
PAAs	Raiz quadrada da quantidade de PAAs	reportados no relatório do auditor	Complexidade dos negócios	Silva <i>et al.</i> (2020)

Fonte: elaborada pelo autor.

A inclusão dos Principais Assuntos de Auditoria (PAAs) como variável de controle na presente investigação decorre dos resultados de Silva, Alves, Mol e Melo (2020), que concluíram que a introdução dos principais assuntos de auditoria é fator estatisticamente significativo e, portanto, influencia os honorários dos auditores independentes após sua implementação. A inclusão dos PAAs passou a ser requerida no mercado americano a partir de 2020 apenas, o que aumenta ainda mais a relevância desse estudo pelas principais análises de relação entre honorários de auditoria e deficiências de controles se referirem àquele ambiente, pelas regulamentações comentadas anteriormente.

De uma forma geral, Hoitash *et al.* (2008), Hogan e Wilkins (2008), Mitra (2009), Keane *et al.* (2012), Lopes e Iudícibus (2012) e Silva *et al.* (2020) apontam os ativos como uma variável relevante na relação entre os valores cobrados pelos serviços de auditoria, assim como se as empresas são auditadas pelas Big N (atualmente, Big 4). Cabe ressaltar, como já descrito anteriormente, que este trabalho trata de empresas de capital aberto; dessa forma, há necessidade de que haja não apenas grande transparência, mas, principalmente, grande acuracidade nas informações disponibilizadas aos investidores, a fim de mitigar os riscos inerentes ao processo.

O modelo base da regressão múltipla com dados dispostos em painel, está descrito na Equação 1:

$$\text{Honorários de auditoria} = \beta_0 + \beta_1 \text{Deficiências Significativas} + \beta_2 \text{Ativos} + \beta_3 \text{BIG4} + \beta_4 \text{Segmentos} + \beta_5 \text{Dívida} + \beta_6 \text{ROA} + \beta_7 \text{Receita} + \beta_8 \text{Exterior} + \beta_9 \text{Prejuízo} + \beta_{10} \text{PAAs} + \beta_{11} \text{Novo Mercado} + \varepsilon$$

(Equação 1)

β_1 — considerando o ciclo dos trabalhos de auditoria e divulgação de deficiências, que ocorre até maio do ano seguinte, a quantidade de deficiências significativas foi considerada com um ano de defasagem.

Os dados foram tratados e analisados por meio de estatística descritiva e de regressão linear múltipla com dados dispostos em painel, em que seus testes foram realizados no software estatístico STATA®.

Para confirmar qual o tipo de regressão mais adequada para o estudo, os dados foram dispostos em painel e feito o teste de Hausman, buscando definir se o método adotado seria de Efeitos Aleatórios ou Efeitos Fixos. A maioria das aplicações em economia desde a década de 1980 fizeram a escolha entre Efeitos Aleatórios ou Efeitos Fixos baseando-se no teste padrão de Hausman. Se este teste de Hausman padrão rejeitar a hipótese nula de que a média condicional dos distúrbios das regressões é zero, o pesquisador deve definir Efeitos Fixos. Caso contrário, o pesquisador deve definir como Efeitos Aleatórios (Baltagi, Bresson, & Pirotte, 2003).

O resultado do teste de Hausman confirmou Efeitos Fixos como o método mais adequado para se obter o melhor resultado possível para o presente estudo. Esse método controla as variáveis omitidas excluindo a temporalidade (Silva *et al.*, 2020).

IV. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A Tabela 2 apresenta o sumário com a estatística descritiva das variáveis utilizadas.

Tabela 2. Estatística Descritiva

Variáveis Numéricas	Observações	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Honorários	223	7,74	1,25	3,79	10,79
Deficiências	223	0,80	1,04	0,00	5,20
Deficiências (defasadas)	219	0,81	1,08	0,00	5,29
Ativo	223	16,84	1,16	14,24	20,65
Segmentos	223	1,70	0,48	1,00	2,65
Dívida	223	0,34	0,19	0,00	0,82
ROA	223	0,04	0,05	-0,15	0,25
Receitas	224	0,09	0,18	-0,44	0,94
PAAAs	223	1,74	0,34	0,00	2,83
Variáveis Dummy	Observações	Média			
Novo Mercado	223	68% listadas no novo mercado			
BIG4	224	90% auditadas por Big4			
Exportações	223	37% com exportações			
Prejuízos	223	16% com prejuízo			

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme a Tabela 2, foi identificada uma média de aproximadamente uma deficiência significativa por empresa e de dois PAAs foram inseridos no relatório do auditor independente. Na amostra analisada, 68% das empresas são listadas no novo mercado, 90% são auditadas por BIG 4, 37% possuem exportações e 16% apresentam prejuízos no período analisado. Nota-se também uma relevante dispersão em torno da média dos honorários de auditoria, considerando o desvio padrão de 1,25.

A matriz de correlação entre as variáveis consideradas neste estudo está apresentada na Tabela 3, sendo utilizadas as deficiências significativas defasadas:

Tabela 3. Matriz de correlação

	Honorários	Deficiências	Novo Mercado	Ativo	BIG4	Segmentos	Dívida	ROA	Receitas	Exportações	Prejuízos	PAAAs
Honorários	1											
Deficiências	0.1896*	1										
Novo Mercado	-0.3471*	-0.1393*	1									
Ativo	0.6713*	0,0345	-0.3819*	1								
BIG4	0,019	-0,068	-0,0583	-0.1297*	1							
Segmentos	0.3737*	-0.1458*	-0.1861*	0.4961*	-0,0176	1						
Dívida	0,1057	-0.1696*	-0.1796*	0.1947*	-0.2834*	0.3579*	1					
ROA	-0.2688*	0,0833	0.1549*	-0.2946*	0.1687*	-0.2692*	-0.4494*	1				
Receitas	-0,0476	-0,0264	0,1086	-0,0215	-0,0642	0,0435	0.1525*	0,0844	1			
Exportações	0.2222*	-0,1245	-0,0135	0.2392*	-0.2657*	0.2825*	0.2798*	-0,0977	0,0373	1		
Prejuízos	0.2107*	-0,0661	-0,0706	0.1579*	-0,0184	0,0233	0.1766*	-0.6871*	-0.1681*	0,0789	1	
PAAAs	0.2041*	0,0413	-0,0357	0.3394*	-0.2048*	0.1807*	0.1621*	-0.3381*	-0,0431	0,1179	0.2021*	1

Fonte: Dados da pesquisa

Os asteriscos representam as correlações em que através de análise adicional da Pairwise Correlation obtiveram significância acima de 5%. Coincidentemente, os coeficientes que tiveram significância estatística na análise da Pairwise Correlation possuem valores em módulo acima de 0,14.

Observa-se pela análise da Tabela 3, que a maioria das variáveis se correlacionam positivamente com os honorários de auditoria, em sua maioria, por uma associação fraca entre 0,0 e 0,3. Dentre as variáveis numéricas, a correlação mais alta com os honorários de auditoria foi o total de ativos, com 0,6713. Como nenhuma correlação entre as variáveis independentes foi considerada forte, ou seja, acima de 0,7, não foi necessário excluir nenhuma variável da regressão.

A Tabela 4 demonstra quais variáveis apresentaram impacto significativo sobre os honorários de auditoria considerando o modelo de Efeitos Fixos.

Tabela 4. Equação principal – Efeitos fixos

	(1)	(2)	(3)	(4)
Deficiências Significativas	0.0364 (0.0432)	0.129*** (0.0446)	0.128*** (0.0451)	-
Novo Mercado	0.526** (0.253)	0.523** (0.250)	-	0.518** (0.252)
Ativo	0.839*** (0.157)	0.931*** (0.167)	0.983*** (0.167)	0.841*** (0.157)
BIG4	1.617*** (0.326)	1.709*** (0.321)	1.696*** (0.325)	1.644*** (0.324)
Segmentos	0.139 (0.267)	0.233 (0.265)	0.257 (0.267)	0.107 (0.264)
Endividamento	0.339 (0.547)	0.443 (0.549)	0.497 (0.555)	0.394 (0.543)
ROA	0.504 (1.394)	0.732 (1.455)	0.737 (1.471)	0.578 (1.390)
Receitas	0.0358 (0.211)	0.00286 (0.210)	0.0274 (0.212)	0.0293 (0.210)
Exportação	-0.441 (0.365)	-0.354 (0.363)	-0.102 (0.346)	-0.451 (0.365)
Prejuízo	-0.0499 (0.139)	-0.0373 (0.140)	-0.0136 (0.141)	-0.0327 (0.138)
PAAAs	-0.153 (0.144)	-0.238 (0.147)	-0.224 (0.148)	-0.148 (0.144)
Constante	8.210*** (2.735)	-10.03*** (2.898)	-10.71*** (2.912)	-8.210*** (2.733)
Número de Observações	223	218	218	223
Número de Firms	57	57	57	57
R ²	0.334	0.359	0.340	0.331

Erros padrão em parênteses; *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1.

Com o intuito de explorar os resultados, quatro cálculos foram efetuados com base na equação principal:

- (1) – Modelo sem defasar as deficiências significativas;
- (2) – Modelo defasando as deficiências significativas;
- (3) – Modelo defasando as deficiências significativas e excluindo novo mercado;
e
- (4) – Modelo excluindo deficiências significativas.

Como pode ser observado na Tabela 4, quando é usado no modelo o número de deficiências significativas do mesmo período dos honorários (modelo 1), essa variável não apresenta significância estatística, sendo significantes para explicar os honorários de auditoria apenas estar listada no novo mercado, o tamanho do ativo e ser auditada por uma das Big 4, todas elas com relação positiva.

Quando a variável deficiências significativas é tomada de forma defasada (modelo 2), ou seja, considerando as deficiências no período $t-1$, essa variável ganha significância estatística (ao nível de 1%) e as três variáveis significantes no modelo 1 continuam significantes e há um aumento no poder de explicação do modelo (o R^2 sobre para 0,359), indicando uma prevalência do modelo 2 sobre o modelo 1.

Para confirmar a prevalência do modelo 2, são incluídos os modelos 3 e 4, os quais partem do modelo 2, mas excluem uma das variáveis independentes de cada vez. Nos modelos 3 (sem a variável novo mercado) e 4 (sem a variável deficiências significativas defasada), o comportamento das demais variáveis permanece similar. A obtenção do maior R^2 para o modelo 2 confirma que as duas proxies de governança corporativa (deficiências significativas defasadas e novo mercado) ajudam a explicar o valor dos honorários de auditoria independente.

Para confirmar a adequação do modelo, foram rodados testes de robustez demonstrados na Tabela 5:

Tabela 5. Teste de robustez

	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)
Deficiências Significativas	0.118*** (0.0432)	0.116*** (0.0435)	-	0.122** (0.0509)	0.120** (0.0528)	-
Novo Mercado	0.420* (0.233)	-	0.407* (0.234)	0.398* (0.222)	-	0.387* (0.199)
Ativo	1.006*** (0.154)	1.044*** (0.154)	0.908*** (0.144)	0.877** (0.437)	0.871* (0.446)	0.773** (0.372)
BIG4	1.623*** (0.313)	1.622*** (0.315)	1.586*** (0.315)	1.583*** (0.405)	1.582*** (0.396)	1.554*** (0.383)
Segmentos	0.297 (0.238)	0.268 (0.239)	0.224 (0.238)	0.326** (0.153)	0.305* (0.157)	0.252 (0.181)
ROA	1.100 (1.032)	0.982 (1.037)	0.838 (0.989)	0.921 (2.230)	0.727 (2.252)	0.702 (2.093)
Constante	-11.67*** (2.611)	-11.96*** (2.624)	-9.717*** (2.430)	-9.497 (7.377)	-9.092 (7.472)	-7.450 (6.307)
Número de Observações	218	218	223	218	218	223
Número de Firmas	57	57	57	57	57	57
R ²	0.342	0.328	0.318	0.351	0.339	0.325

Erros padrão em parênteses; *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1.

Com o intuito de estressar os resultados, seis cálculos foram efetuados, sempre considerando a variável deficiências significativas defasada, como segue:

- Modelos (5), (6) e (7) – consideram, com base na Tabela 3 Matriz de correlação, apenas a variável mais representativa de seu grupo de determinantes, considerando as duas variáveis de governança corporativa e apenas uma em cada regressão; e
- Modelos (8), (9) e (10) – mesmos modelos utilizados para (5) (6) e (7) inserindo uma *dummy* de tempo e *cluster* de firma.

Exceto pela variável número de segmentos, que aparece com menor grau de significância em dois dos modelos (8 e 9), os resultados foram muito similares, todos com R² entre 0.318 e 0.351, indicando a robustez do modelo escolhido.

Os resultados aqui encontrados referentes às deficiências significativas, mas neste estudo com defasagem, são semelhantes aos de Mitra (2009) e Teixeira e Cunha (2015), assim como o nível de governança corporativa medido pelo segmento de listagem também foi apontado no estudo de Castro *et al.* (2015).

A relevância estatística do tamanho de empresa e se ela é ou não auditada por Big 4 são consistentes com os resultados dos estudos de Castro *et al.* (2015) e Silva *et al.* (2020). No entanto, PAAs, endividamento e prejuízo não foram consideradas estatisticamente significativas, contrariando o estudo de Silva *et al.* (2020).

Assim, os resultados deste estudo oferecem suporte para a prevalência no mercado do efeito risco pela relação relevantemente positiva entre quantidade de deficiências significativas e custos de auditoria independente. Além disso, os resultados deste estudo também oferecem suporte para o efeito demanda, pois a qualidade da governança corporativa, quando medida pela listagem no novo mercado, também está positivamente associada aos custos de auditoria, embora com menor relevância, o que pode ser explicado pela maior complexidade e escopo dos trabalhos em empresas com maior governança.

V. CONCLUSÃO

O presente estudo tem como objetivo verificar se empresas com maior grau de governança corporativa, medido tanto pela menor quantidade de deficiências significativas reportadas no Formulário de Referência quanto pela listagem no novo mercado, incorrem em menores custos com sua auditoria independente. Para isso, foi realizada uma pesquisa documental dos Formulários de Referência e demais relatórios dos anos 2015 a 2019 de todas as empresas não financeiras que compõem o Índice Ibovespa, totalizando 58 empresas. Os dados foram analisados mediante uma regressão múltipla com dados em painel.

Os resultados indicaram que tanto o número de deficiências significativas quanto a listagem no segmento novo mercado são positivamente associados com os honorários dos auditores, sugerindo a existência no mercado brasileiro tanto do efeito risco quanto do efeito demanda. O efeito risco parece ser prevalecente, dada a maior significância estatística da relação positiva entre quantidade de deficiências significativas e custos de auditoria. No entanto, os resultados também sugerem a existência do efeito demanda (embora com menor significância), pois é identificada uma relação positiva significativa entre listagem no novo mercado e custos de auditoria, explicada pela maior complexidade e escopo dos trabalhos. Além das variáveis de governança corporativa, escopo deste trabalho, também foram significantes para explicar os honorários de auditoria as variáveis de controle tamanho da empresa e ser auditada por Big 4.

Assim, foi possível identificar evidências estatísticas relevantes de relação entre os honorários de auditoria independente e o nível de governança corporativa em empresas não financeiras de capital aberto no Brasil.

Apesar dos resultados atingidos, há de se destacar a não padronização dos formulários de referência no Brasil em relação aos honorários de auditoria e à divulgação das deficiências significativas, bem como o fato de que tais divulgações não possuem nenhum tipo de asseguração independente.

Estudos futuros podem utilizar outras variáveis e novos testes para determinar correlações mais aderentes à ideia de encontrar relação entre empresas com maior grau de governança corporativa e menores custos de auditoria.

VI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ashbaugh-Skaife, H., Collins, W., & Kinney, W. R., Jr. (2007). The discovery and reporting of internal control deficiencies prior to SOX-mandated audits. *Journal of Accounting and Economics*, 44(1-2), 166-192.

Baltagi, B. H., Bresson, G., & Pirotte, A. (2003). Fixed effects, random effects or Hausman–Taylor? A pretest estimator. *Economics Letters*, 79(3), 361-369.

Barcelos, H. P., & Colauto, R. D. (2018). Controles internos e remuneração de auditores: estudo no mercado de capitais brasileiro. *Anais do Congresso Internacional de Administração*, Ponta Grossa, PR, Brasil.

Bortolon, P. M., Sarlo, A. S., Neto, & Santos, T. B. (2013). Custos de auditoria e governança corporativa. *Revista Contabilidade e Finanças*, 24(61), 27-36.

Braunbeck, G. (2010). *Determinantes da qualidade das auditorias independentes no Brasil*. Tese de Doutorado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Lopes, A. B., & Iudícibus, S. D. (2012). Teoria avançada da contabilidade. *São Paulo: Atlas*, 2.

Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa (B3). (2021). Índice Ibovespa. Recuperado em 3 novembro, 2020, de http://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-amplos/ibovespa.htm/

Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa (B3). (2021). Segmentos de listagem. Recuperado em 21 abril, 2021, de http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/segmentos-de-listagem/novo-mercado/

Cáceres, L. E. (2019). *Desenvolvimento da auditoria no Brasil: da divulgação do primeiro parecer (1902) até a obrigatoriedade com a publicação da Lei das SA (1976)*. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Carcello, J. V., Hermanson, D. R., Neal, T. L., & Riley, R. A. (2000, April). Board characteristics and audit fees. Retrieved November 3, 2020, from <https://ssrn.com/abstract=231582>

Castro, W. B. L., Peleias, I. R., & Silva, G. P. (2015). Determinantes dos honorários de auditoria: um estudo nas empresas listadas na Bm&fBovespa. *Revista de Contabilidade e Finanças*, 26(69), 261-273.

Costa, A. C. (2010, novembro 19). Preços para auditar bancos variam mais de 40 000% [versão eletrônica]. *Veja*. Recuperado em 15 novembro, 2020, de <https://veja.abril.com.br/economia/precos-para-auditar-bancos-variaram-mais-de-40-000/>

Ell Hajj, Z. S. (2016). *Teoria da contabilidade*. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj. Volume único.

Giordani, M. S., Souza Neto, J. M. A. S., & Cunha, P. R. (2020, outubro/dezembro). Influência do risco de litígio do auditor nos honorários de auditoria e não auditoria. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 14(4).

Griffin, P. A., & Lont, D. H. (2007). An analysis of audit fees following the passage of Sarbanes–Oxley. *Asia-Pacific Journal of Accounting & Economics*, 14(2), 161-92.

Haapamaki, E., & Sihvonen, J. (2019, November). Research on international standards on auditing: literature synthesis and opportunities for future research. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 35, 37-56.

Hammersley, J. S., Myers, L. A., & Shakespeare, C. (2007, January). Market reactions to the disclosure of internal control weaknesses and to the characteristics of those

weaknesses under section 302 of the Sarbanes Oxley Act of 2002. *Review of Accounting Studies*, 13(1), 141-165.

Hogan, C. E., & Wilkins, M. S. (2008). Evidence on the audit risk model: do auditors increase audit fees in the presence of internal control deficiencies? *Contemporary Accounting Research*, 25(1), 219-242.

Hoitash, R., Hoitash, U., & Bedard, J. C. (2008, May). Internal control quality and audit pricing under the Sarbanes-Oxley Act. *A Journal of Practice & Theory*, 27(1), 105-126.

International Accounting Standards Board, IASB (2018). Conceptual framework for financial reporting. IFRS.

Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC (2021). Princípios que geram valor de longo prazo. Recuperado em 21 abril, 2021, de <https://www.ibgc.org.br/conhecimento/governanca-corporativa>

Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON. (2006). *Auditoria: registros de uma profissão*. São Paulo: IAIB.

Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009 (2009). Dispõe sobre o registro de emissores de valores mobiliários admitidos à negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários. Comissão de Valores Mobiliários. Recuperado em 3 novembro, 2020, de <http://www.cvm.gov.br/legislacao/instrucoes/inst480.html>

Instrução CVM nº 552 de 09 de outubro de 2014 (2014). Altera e acrescenta dispositivos à Instrução [480/09](#) e altera dispositivos das Instruções [358/02](#) e [481/09](#). Recuperado em 3 novembro, 2020, de <http://www.cvm.gov.br/legislacao/instrucoes/inst552.html>

Jensen, M. C., & Meckling, W. (1976, July). Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, 3(4), 305-360.

Keane, M. J., Elder, R. J., & Albring, S. M. (2012, October). The effect of the type and number of internal control weaknesses and their remediation on audit fees. *Review of Accounting and Finance*, 11(4), 377-399.

Kinder, T. (2020, julho). Reino Unido decide separar auditoria de consultoria até 2024. *Valor Econômico*. Recuperado em 30 outubro, 2020, de <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/07/07/reino-unido-decide-separar-auditoria-de-consultoria-ate-2024.ghtml>

Lei nº 6.385 de 07 de dezembro de 1976 (1976a). Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários. Presidência da República. Recuperado em 3 novembro, 2020, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6385.htm.

Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (1976b). Dispõe sobre Sociedades por Ações. Presidência da República Federativa do Brasil. Recuperado em 3 novembro, 2020, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm

Lélis, D. L. M., & Mário, P. C. (2009, julho). Auditoria interna com foco em governança, gestão de riscos e controle interno: análise da auditoria interna de uma empresa do setor energético. *Anais do Congresso USP de Contabilidade e Controladoria*, São Paulo, SP, Brasil, 9.

Lins, L. S. (2017). *Auditoria: uma abordagem prática com ênfase na auditoria externa* (4a ed.). São Paulo: Atlas.

Macedo, E. L. D. (2018). *Controles internos: percepções de gestores de negócio e de compliance sobre sua utilização como instrumento de competitividade*. Tese de Doutorado, Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, SP, Brasil.

Mitra, S. (2009, October 30). Pervasiveness, severity, and remediation of internal control material weaknesses under SOX Section 404 and audit fees. *Review of Accounting and Finance*, 8(4), 369-387.

Public Company Accounting Oversight Board - PCAOB. Auditing Standard No. 5 - an audit of internal control over financial reporting that is integrated with an audit of financial statements.

Rede Jornal Contábil. (2017, setembro 28). As 9 empresas de contabilidade mais influentes do mundo. Recuperado em 6 março, 2021, de <https://www.jornalcontabil.com.br/as-9-empresas-de-contabilidade-mais-influentes-do-mundo/>

Resolução CFC nº 1.1210 de 03 de dezembro de 2009 (2009). Aprova a NBC TA 265 – Comunicação de Deficiências de Controles Internos. Conselho Federal de Contabilidade. Recuperado em 3 novembro, 2020, de http://www.informarejuridico.com.br/Prodinfo/boletim/2009/legislacao/resolucao_cfc_1_210_2009.pdf.

Shleifer, A., & Vishny, R. W. (1997). A survey of corporate governance. *The journal of finance*, 52, 737-783.

Rossoni, L., & Machado-da-Silva, C. L. (2010). Institucionalismo organizacional e práticas de governança corporativa. *Revista de Administração Contemporânea*, 14, 173-198.

Sá, A. L. de. (1999). *Teoria da contabilidade* (2a ed.). São Paulo: Atlas.

Santos, A., & Grateron, I. R. G. (2003, May/August). Contabilidade criativa e responsabilidade dos auditores. *Revista Contabilidade & Finanças*, 14(32), 07-22.

Santos, N. M. B. F., Lima, R. M., & Santos, R. F. (2009). Lei Sarbanes-Oxley: estudo sobre a divulgação de deficiências na avaliação dos controles internos. *Anais do Congresso Brasileiro de Custos*, Curitiba, PR, Brasil, 16.

Schmidt, P., & Gass, J. de M. (2018). Estudo comparativo entre a história da contabilidade tradicional e a sua nova história. Recuperado em 6 março, 2021, de <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/1734/1426>

Silva, A., Heinzen, C., Klann, R. C., & Lemes, S. (2018). Relação entre o conservadorismo contábil e a relevância das informações. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 11(3), 502-516.

Silva, J. D. B. da, Alves, V. S. D., Mol, A. L. R., & Melo, C. L. L. de. (2020, julho). Principais assuntos de auditoria e o reflexo nos honorários de auditoria: um estudo nas companhias listadas na [B]³. *Anais da USP International Conference Accounting*, São Paulo, SP, Brasil, XX.

Stanley, J. D. (2011). Is the audit fee disclosure a leading indicator of clients' business risk? *AUDITING: A Journal of Practice & Theory*, 30(3), 157-179.

Teixeira, S. A., & Cunha, P. (2015). Efeito moderador das deficiências do controle interno na relação entre seus determinantes e consequentes. *Anais do Congresso USP de Contabilidade e Controladoria*, São Paulo, SP, Brasil, 16.

Valente, C. C. P., Klann, J., & Santos, L. A. (2016, setembro). O reflexo da ética profissional na auditoria contábil: o caso da Enron Corporation. *Anais do Fórum Público Movimento Tratado Cidadão*, Santa Maria, RS, Brasil, 7.

Vidal, D. C., & Silva, A. H. C. e. (2016, setembro/dezembro). A percepção dos auditores externos sobre a adequação dos sistemas de controle interno nas empresas de capital aberto. *Pensar Contábil*, 18(67), 57-67.

VII. ANEXO I – INDICE IBOVESPA

Código	Empresa / Ação	Classificação	Código	Empresa / Ação	Classificação
ABEV3	AMBEV S/A	Não Financeira	HGTX3	CIA HERING	Não Financeira
AZUL4	AZUL	Não Financeira	HYPE3	HYPERA	Não Financeira
B3SA3	B3	Financeira	IGTA3	IGUATEMI	Não Financeira
BBAS3	BRASIL	Financeira	IRBR3	IRBBRASIL RE	Financeira
BBDC3	BRADESCO	Financeira	ITSA4	ITAUSA	Financeira
BBDC4	BRADESCO	Financeira	ITUB4	ITAUNIBANCO	Financeira
BBSE3	BBSEGURIDADE	Financeira	JBSS3	JBS	Não Financeira
BEEF3	MINERVA	Não Financeira	KLBN11	KLABIN S/A	Não Financeira
BPAC11	BTGP BANCO	Financeira	LAME4	LOJAS AMERIC	Não Financeira
BRAP4	BRADESPAR	Financeira	LREN3	LOJAS RENNEN	Não Financeira
BRDT3	PETROBRAS BR	Não Financeira	MGLU3	MAGAZ LUIZA	Não Financeira
BRFS3	BRF SA	Não Financeira	MRFG3	MARFRIG	Não Financeira
BRKM5	BRASKEM	Não Financeira	MRVE3	MRV	Não Financeira
BRML3	BR MALLS PAR	Não Financeira	MULT3	MULTIPLAN	Não Financeira
BTOW3	B2W DIGITAL	Não Financeira	NTCO3	GRUPO NATURA	Não Financeira
CCRO3	CCR SA	Não Financeira	PCAR3	P.ACUCAR-CBD	Não Financeira
CIEL3	CIELO	Financeira	PETR3	PETROBRAS	Não Financeira
CMIG4	CEMIG	Não Financeira	PETR4	PETROBRAS	Não Financeira
COGN3	COGNA ON	Não Financeira	QUAL3	QUALICORP	Não Financeira
CPFE3	CPFL ENERGIA	Não Financeira	RADL3	RAIADROGASIL	Não Financeira
CRFB3	CARREFOUR BR	Não Financeira	RAIL3	RUMO S.A.	Não Financeira
CSAN3	COSAN	Não Financeira	RENT3	LOCALIZA	Não Financeira
CSNA3	SID NACIONAL - CSN	Não Financeira	SANB11	SANTANDER BR	Financeira
CVCB3	CVC BRASIL	Não Financeira	SBSP3	SABESP	Não Financeira
CYRE3	CYRELA REALT	Não Financeira	SULA11	SUL AMERICA	Financeira
ECOR3	ECORODOVIAS	Não Financeira	SUZB3	SUZANO S.A.	Não Financeira
EGIE3	ENGIE BRASIL	Não Financeira	TAEE11	TAESA	Não Financeira
ELET3 / ELET6	ELETROBRAS	Não Financeira	TIMP3	TIM PART S/A	Não Financeira
EMBR3	EMBRAER	Não Financeira	TOTS3	TOTVS	Não Financeira
ENBR3	ENERGIAS BR	Não Financeira	UGPA3	ULTRAPAR	Não Financeira
ENGI11	ENERGISA	Não Financeira	USIM5	USIMINAS	Não Financeira
EQTL3	EQUATORIAL	Não Financeira	VALE3	VALE	Não Financeira
FLRY3	FLEURY	Não Financeira	VIVT4	TELEF BRASIL	Não Financeira
GGBR4 / GOAU4	GERDAU	Não Financeira	VVAR3	VIA VAREJO	Não Financeira
GNDI3	INTERMEDICA	Não Financeira	WEGE3	WEG	Não Financeira
GOLL4	GOL	Não Financeira	YDUQ3	YDUQS PART	Não Financeira
HAPV3	HAPVIDA	Não Financeira	-	-	-

Fonte: Ibovespa (2020).